

ENCONTRO
INTERNACIONAL
FRONTEIRAS E
IDENTIDADES

**CARTAS E MANUSCRITOS DAS IRMÃS DO BOM PASTOR:
A TRANSMUTAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO CONVENTO EM UMA
INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA**

Débora Soares Karpowicz¹

Resumo:

O presente ensaio objetiva analisar as cartas e manuscritos deixados pelas irmãs do Bom Pastor. Tais documentos constituem uma parte do *corpus* documental que norteia a pesquisa de doutorado centrada na história da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (Porto Alegre / RS), desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Pensar sobre história das prisões femininas no Brasil, requer, inevitavelmente, que se debruce sobre a história da Congregação do Bom Pastor, que desde 1891 atua no Brasil com a missão de auxílio e proteção às mulheres e meninas em situação de miséria, exclusão social e material. A atuação das Irmãs do Bom Pastor, juntamente com as deliberações do Estado, teve função crucial na reestruturação do cárcere, com a separação de apenados homens de apenadas mulheres em um contexto em que a lei penal não previa tal distinção. Para tanto, pretende-se partir de tais documentos, analisar o processo de transmutação de uma instituição convento em uma instituição carcerária.

Os registros da administração da Casa Bom Pastor iniciam-se em 13 de dezembro de 1936, quando da assinatura do primeiro contrato entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul com a Congregação do Bom Pastor D'Angers. Neste ensaio analisarei o *Livro de Capítulos nº 43*, escrito ao longo do período de administração da casa. O total de Atas analisado é de 513 documentos. Procurarei aqui manter uma sequência cronológica, de forma a proporcionar melhor compreensão do processo de transmutação de convento em cárcere, para tanto seguirei a análise por décadas.

Tal instituição inicia como Casa do Bom Pastor, com objetivo de abrigar as presas do Estado que estavam detidas na casa de correção, junto com os apenados homens. Ao longo do período de administração das Irmãs, o espaço terá diversos usos até se constituir em *Penitenciária Feminina Madre Pelletier*, hoje maior presídio feminino do Rio Grande do Sul, com capacidade física para 239 mulheres apenadas.²

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Doutoranda em História, Agência financiadora: CNPq, e-mail: deborakarpowicz@gmail.com.

² Dados extraídos do relatório emitido pela SUSEP (Superintendência de Serviços Penitenciários) em 03/07/2014. Conforme o mesmo relatório, a população carcerária divide-se em: Regime fechado (80), regime provisório (129) e Semiaberto (1). Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=244> Acesso em: 23 jul. 2014.



Iniciamos pela década de fundação da casa, 1930. Neste período foram escritas 41 atas, merecendo destaque os documentos que registraram as visitas regulares feita pela Madre Provincial. Já no primeiro ano de fundação, a casa recebeu, em 29 de julho de 1937, a primeira visita da Madre Provincial, a qual deixou registrado dados importantes sobre o desenvolvimento dos trabalhos na nova instituição. A Ata é dividida em quatro partes: Inicia-se o registro com um pequeno histórico da casa, desde as primeiras negociações com o Governo do Estado até a efetivação e assinatura do contrato. Na segunda parte, apontam-se momentos eclesiais, condições da capela para rezar missas, autorização do Arcebispo para celebração de momentos litúrgicos e nomeação de capelão para desempenhar funções litúrgicas junto às Irmãs. Na terceira parte, a Madre Provincial narra sobre a chegada das primeiras sentenciadas e sobre as mudanças de postura das presas em relação à condição em que estavam. Na última parte descreve-se sobre as condições materiais, estrutura do edifício, bem como estado da mobília, das roupas e tipo de alimentação. O Governo do Estado é elogiado sobremaneira, por não deixar que nada falte à casa (Livro do Capítulo, 1937, p. 5-6).

Na segunda visita regular da Superiora Provincial, em 06 de junho de 1939, pela primeira vez faz-se referência à Casa do Bom Pastor como Casa Correccional. Registra-se em Ata que os representantes do Governo valorizam a obra desenvolvida pelas Irmãs e procuram reforçar a prisão tornando-a um modelo para o Estado, prometendo construir novos edifícios para melhor conforto e capacidade das sentenciadas. Neste ano, sob os cuidados das Irmãs, estão 26 mulheres presas. Ao descrever o andamento e comportamento das mulheres, é dado destaque ao bom comportamento e aos sacramentos (Livro do Capítulo, 1939, p. 14-5).

Na década de 1930 podemos destacar como fato relevante a fundação da casa, bem como a consolidação do trabalho das irmãs e o reconhecimento por parte da comunidade e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Durante estes três anos a casa foi administrada pela Madre Superiora Maria de Santa Família Lemos Lessa que permaneceu nesta função até o ano de 1946, quando foi designada pela Madre Provincial como Primeira Madre Superiora da segunda casa correccional do Brasil, o Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo (Livro do Capítulo, 1937-9, p. 2; 36).



Na década de 1940 são registradas 112 atas, sendo que o maior número de apontamentos ainda centra-se nas questões eclesiais. Ao longo da década de 1940 serão feitas quatro visitas regulares, a primeira no ano de 1941, em 9 de junho. Inicia-se o registro falando da comunidade³ que se compõe de 9 Irmãs. O empenho das Irmãs, das autoridades e da alta sociedade de Porto Alegre para a construção da nova Casa do Bom Pastor é intenso (Livro do Capítulo, 1941, p. 22). Durante toda década de 1940 são promovidas campanhas em benefício às Irmãs, são arrecadados fundos até que, no ano de 1944, em 1º de outubro é colocada a primeira pedra para construção do Asilo Bom Pastor, na Av. Teresópolis, 2727. A próxima visita regular ocorre em 5 de outubro daquele mesmo ano. Nesta visita regular, a Irmã Provincial centra-se mais nas instalações da casa, destacando a necessidade de mudança (Livro do Capítulo, 1944, p. 29-30).

Nas principais Atas da década de 1940, percebeu-se que a narrativa centrou-se na estrutura física da casa, o que não poderia ser diferente, pois este foi o período de campanha, de arrecadação de fundos e de construção do novo espaço. No entanto, percebeu-se que o caráter religioso, apesar de ainda muito presente, não permeou por completo a escrita, pois somente na primeira Ata de 1940 foi mencionado sobre as questões dos Sacramentos. O teor central voltou-se para o comportamento das presas, trabalho e felicidade que demonstravam ter, estando sob a administração das Irmãs. Também se salientou o provimento financeiro dado pelo Governo do Estado e todo apoio e empenho que tiveram para construção da nova casa.

Na década de 1950 são escritas 113 atas. Apesar do foco religioso ainda muito presente, este período será de suma importância, pois se percebe um crescente substancial da casa, que ainda em dezembro de 1949 muda-se para novo endereço – agora na Av. Teresópolis, 2727 (Livro do Capítulo, 1950, p. 44).

Cinco visitas regulares foram feitas ao longo desta década: 1950, 1952, 1954, 1956 e 1958; possibilitando analisar as continuidades e rupturas estruturais da administração das Irmãs. Já em 3 de janeiro de 1950 o Decreto Nº 1.169 altera o nome do Reformatório de Mulheres Criminosas para Instituto Feminino de Readaptação Social.

³ Por comunidade, compreende-se o número de freiras que trabalham na Instituição. Neste contexto elas são divididas em: Côristas (6), Conversas (2) e Rodeira (1).



Na visita regular de 1952, dados importantes são compartilhados. A casa está em estágio de construção avançado, restando ainda alguns ajustes, no entanto, é notória a diferença na estrutura. Pela primeira vez fala-se em uma nova secção, a de menores, com 63 internas (Livro do Capítulo, 1952, p. 50). Ao longo das descrições percebe-se que os registros centram-se nos deslocamentos de Irmãs de uma casa para outra, desatando-se as cidades de Pelotas, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

A visita regular de 14 de abril de 1956 manteve parcialmente o mesmo perfil das atas anteriores. Iniciou a escrita descrevendo a comunidade, composta por 16 Irmãs. É de se ressaltar, que já no pronunciamento inicial, é dado destaque à grande movimentação da casa: “Constatamos com sumo prazer, o bom espírito que reina nesta comunidade, como também o amor a nossa santa vocação e dedicação incansável das queridas Irmãs nesta grande e movimentada casa.” (Livro do Capítulo, 1956, p. 60).

A análise da casa é dividida por secções. Na primeira, denominada *Instituto Feminino de Readaptação Social*, estão reclusas 34 mulheres, e além das Irmãs na administração, trabalham neste espaço 4 empregadas que são remuneradas pelo governo do Estado. Na segunda secção, denominada *Instituto Bom Pastor*, destinada a acolher meninas órfãs encaminhadas pelo juizado de menores e meninas encaminhadas por familiares ou tutores, constam 78 reeducandas. A partir deste ano será mencionada uma terceira secção, *Pensionato Bom Pastor*, administrado em prédio separado, ao lado da penitenciária, porém pelo mesmo grupo de Irmãs. Neste espaço constam 23 pensionistas “da alta sociedade Porto Alegrense” (Livro do Capítulo, 1956, p. 60).

Ao descrever a alimentação, ressalta que é farta e sadia. Menciona a chácara, que ajuda no fornecimento da alimentação dizendo: “A chácara é muito vasta e bem cuidada, produz verdura em abundância e os enormes galinheiros fornecem ovos em quantidade surpreendente.” Pela primeira vez, desde a mudança é enfatizado que o prédio está completamente terminado e ainda destaca: “e é uma majestosa construção”. Todas as secções estão bem instaladas e não falta nada para o conforto e bem estar das internas e das Irmãs. Os espaços do prédio são divididos em: “Salas de aula, escola doméstica, salão de festas, gabinete dentário, consultório médico, refeitórios, copas e cozinhas modernas, dormitórios coletivos e individuais, campos de esportes, galpões e terraços, tudo bem delineado e acabado com arte e gosto.” Observa-se que não há menção



a celas, ou algo que aluda aprisionamento. Mesmo o espaço sendo descrito de forma coletiva e individual é pormenorizado de maneira a passar uma ideia harmoniosa, mais próximo a um convento do que a um cárcere. No decorrer da descrição é enfatizada a instalação de uma Escola Doméstica, com cursos de ensino primário e ginásial, conforme determinação do regulamento (art. 91), além de aulas de canto e ginástica. Essas atividades são destinadas às internas das duas primeiras secções, corroborando, desta forma, com a ideia de reeducação, ressocialização aos moldes do convento. Acompanhando a crescente da casa, além das secções mencionadas anteriormente foi inaugurado um externato, com 60 alunas matriculadas. Este espaço mantém-se com o trabalho das Irmãs e de 9 professoras leigas, sendo 6 pagas pelo Estado e 3 contratadas pelo estabelecimento (Livro do Capítulo, 1956, p. 60-1).

A análise desta Ata destaca um crescente substancial na instituição como um todo, tanto no que tange às instalações como ao número de internas, de funcionários e administradores. De uma secção, passamos para praticamente quatro espaços distintos, com públicos diferentes, porém sob a mesma administração. É notória a grandiosidade e a importância da instituição no contexto em que se insere. Diversos usos se fazem, desde a reclusão de mulheres condenadas por delitos, meninas com necessidades de reintegração social, até escola primária e secundária. São papéis distintos, mas com objetivos próximos, adequar mulheres e meninas aos moldes da sociedade.

O ano de 1956 é plural, também é transcrita uma circular da Madre Provincial trazendo o parecer das visitas regulares feitas nas casas do Brasil, e dizendo-se muito preocupada: “não posso, queridas Madres, deixar de falar da minha grande preocupação do futuro de nossa obra no Brasil.” Alude que as Irmãs devem evitar inovações que possam ser introduzidas sorrateiramente, vindo a prejudicar suas obras, então determinas:

Pedimos, portanto, encarecidamente, às queridas Madres, que como sentinelas vigilantes, procurem impedir que seja introduzido o uso dos vestidos colantes, mangas curtas e decotes exagerados (as mangas curtas terão como limite dois dedos acima do cotovelo). Os calções de ginástica deverão trazer por cima uma saia pregueada. Não deverá ser introduzido o uso de pijamas nos dormitórios (Livro do Capítulo, 1937, p. 63).



A disciplina é exigida ao máximo, nesta circular a rigidez é exacerbada. Determina-se que se evitem passeios e piqueniques, podendo estes somente ser organizados, eventualmente, por Madres, as auxiliares não são autorizadas a tamanha responsabilidade. Cotejando as fontes, no depoimento de Maria Helena⁴, quando questionada sobre a liberdade que tinham, afirma que: “as presas comportadas as Irmãs deixavam varrer a frente e ir à cozinha” (2013, 8’39” min). Tal confronto de documentos permite deprendermos que mesmo após a determinação da Superiora provincial, exigindo extremo rigor, a prática continuava flexibilizada pelas Irmãs, pois a vivência de Maria Helena é posterior à circular.

O sistema de privilégios mantido, mesmo após o acirramento das regras da casa, segundo Erving Goffman, ocorre em função do efeito reintegrador que possibilita ao internado reestabelecer conquistas com o mundo perdido e suavizam os sintomas de afastamento em relação a ele e ao “eu” perdido pelo indivíduo (GOFFMAN, 2001, p. 50).

A censura é feita inclusive aos meios de comunicação. Revistas, cinema e rádio devem ter controle absoluto, tampouco nenhuma dança é permitida nas casas do Bom Pastor. A permissão de ligar o rádio é dada somente à Madre e isso deve ser feito raramente, cuidando sempre o conteúdo veiculado. Deve-se dar preferência a vitrola, no entanto os discos necessitam ser escolhidos evitando sempre os “sambas, tangos, rancherias, canções amorosas e músicas que excitam as paixões”. Em específico à província do Sul, a Madre visitadora expõe insatisfação quanto à extrema familiaridade das Irmãs com o trato com as meninas (Livro do Capítulo, 1956, p. 63-4).

Neste contexto institucional que envolve equipe dirigente e internado, podemos remeter à reflexão que Goffman faz ao descrever o “mundo da equipe dirigente”. Neste caso, o *Instituto Bom Pastor* não funciona como um “depósito de internados”, conforme aponta o autor, mas possui claramente um objetivo oficial, que é a reforma moral das mulheres e meninas na direção dos padrões tidos como ideais de sua época. O autor destaca que um dos motivos para manter o distanciamento entre equipe dirigente e

⁴ Maria Helena Alves dos Santos é moradora do Pensionato de Idosos ainda hoje administrado pelas Irmãs do Bom Pastor e fora interna do Instituto Bom Pastor, de 1958 até 1963. Em 25 de abril de 2013 foi feita entrevista buscando compreender os usos de tal instituição.



internos é a possibilidade de criar um vínculo afetivo, de tornar-se objetos de sentimentos de camaradagem e até afeição. Existe o perigo de que o internado se pareça humano; se for preciso impor tratamento considerado “cruel”, as pessoas da equipe dirigente sofrerão com isso” (GOFFMAN, 2001, p. 69-75).

É destacado que O *Instituto Feminino de Readaptação Social* é prestigiado pelo poder público e as presas recebem, além do conforto material, instruções religiosas, primárias e doméstica, que fazem uso ao regressarem à sociedade, provando, desta forma, o benéfico resultado de sua reclusão na casa (Livro do Capítulo, 1956, p. 67). Aqui, percebe-se no discurso a tentativa de transparecer uma utilidade à reclusão. Podemos, neste sentido, associar ao que Foucault chama de “valor da pena” tornando a prisão um local de constituição de um saber que deve servir de princípio regulador para o exercício da prática penitenciária. A prisão deve ir além da decisão dos juízes e dos regulamentos institucionais, “ela tem que coletar permanentemente do detento um saber que permitirá transformar a medida penal em uma operação penitenciária; que fará da pena tornada necessária pela infração uma modificação do detento, útil para a sociedade” (FOUCAULT, 2010, p. 237).

A década de 1950 finda com uma robusta estrutura, mesclando convento e cárcere no mesmo espaço. Ainda que o convento seja hegemonia, já é possível perceber um aparato no que se refere à estrutura carcerária, essa transposição de convento em cárcere veremos ocorrer ao longo do próximo período. Corroborando com essa grandiosidade na estrutura da casa, Nunes destaca que a vida religiosa feminina acompanha o processo da igreja, tanto no sentido de reforçar os quadros institucionais, quanto na sua relação com as classes sociais. Ao triunfalismo institucional da igreja corresponderá a atitude ufanista das congregações, “que colocarão no desenvolvimento da própria instituição, uma de suas principais finalidades” (NUNES, 1986, p. 199).

A década de 1960 inicia com a inauguração da nova casa na cidade de Caxias do Sul e com a mudança de Superiora no Instituto de Porto Alegre. O número de Atas desse período aumenta significativamente, sendo registrados 192 documentos.

Nesta década, apesar do aumento substancial no número de Atas, são registradas apenas quatro visitas regulares. A primeira ocorre em maio de 1961 e a Irmã relatora inicia informando que o tema desta visita é o esforço que a comunidade deve fazer



para manter um ambiente de paz. Pela primeira vez um tema específico é posto para reflexão, e curiosamente este tema refere-se ao esforço para manter a paz, o que, em parte, justifica-se pelo tamanho da casa em relação ao número de religiosas responsáveis. É de se esperar que a administração não seja nada tranquila.

A administração da casa é composta por 16 religiosas que dão conta de todas as secções, que segundo apontamento são apenas três, no entanto, registram-se cinco espaços diferentes, quais sejam: O *Juvenato*, com 23 aspirantes à vida religiosa; o *Instituto Bom Pastor*, com 59 menores; o *Instituto Feminino de Readaptação Social*, cujo número varia muito, em Ata constam 59 reclusas; o *Externato* misto para alunos do curso elementar, com 77 matriculados; e o *Pensionato*, com 27 senhoras pensionistas. Além das religiosas o governo do Estado mantém 7 funcionárias e 2 funcionários; a prefeitura subsidia 9 professoras para os diversos cursos e o Instituto paga mais 6 empregadas domésticas e 2 empregados (Livro do Capítulo, 1961, p. 74-5).

Pela primeira vez é mencionado que o governo do Estado não é favorável ao Instituto: “A Política do Estado não é, atualmente, muito favorável ao nosso Instituto, entretanto os médicos e dirigentes da Penitenciária são atenciosos e boníssimos” (Livro do Capítulo, 1961, p. 75). Aqui verificamos pela primeira vez o convento em confronto com o cárcere. Os diversos usos do espaço começam a chocar-se, o governo que até então se mostrava em consonância com a obra do Bom Pastor, dá os primeiros indícios de insatisfação.

O ano de 1965 foi marcado por visita extraordinária. Esta ocorreu no mês de maio e destacou pontos importantes. Já no início do documento salienta-se o momento político delicado pelo qual o país está passando: “Esta casa muito próspera há tempos atrás, pelo apoio que lhe davam as autoridades civis e religiosas, vem se ressentido ultimamente da crise política que o Estado atravessa.” Destacam a constante mudança do pessoal responsável pelos presídios acarretando um descaso à obra das prisioneiras, trazendo sérias dificuldades para as Irmãs. Reclamam também da falta de formação das funcionárias, designadas pelo Estado para cuidar dessa secção, pois não correspondem às necessidades que se esperam delas (Livro do Capítulo, 1965, p. 91).

As dificuldades começam a ficar claras, o número de obras é grande e a casa é muito movimentada para uma comunidade composta por 18 Irmãs, sendo 3 gravemen-



te enfermas. As meninas confiadas pelo Juizado de menores são 62, todas cursam o estudo primário e foi sugerido à Madre Superiora que solicitasse professoras leigas para ministrar cursos extras de corte e costura e arte culinária. Sobre as detentas não é informado o número exato, diz-se apenas que trabalham na lavanderia, cozinha e em outros afazeres caseiros e em geral são amigas e gratas à casa. No *Juvenato* são 22 jovens que fazem seus estudos a fim de tornarem-se noviças. Percebe-se uma grande esperança nas juvenistas, uma possibilidade de aumentar o número de Irmãs trabalhadoras. (Livro do Capítulo, 1965, p. 91; 95-6). A década de 60 finda-se com os primeiros apontamentos de dificuldades da casa, em parte destacados pelas dificuldades na política brasileira. Este período marca uma casa extremamente movimentada e com usos diversos. Aqui veremos o Convento e o Cárcere disputando espaço.

A década de 1970 inicia com o cárcere sobrepujando o convento. O Governo do Estado determina que a casa atenda apenas às mulheres presas, fechando as demais seções. Pelo decreto nº 20.247 altera a denominação de *Instituto Feminino de Readaptação Social* para *Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. (Diário Oficial, 22 de abril de 1970). Neste período são registrados 55 documentos, merecendo destaque as duas visitas regulares feitas nos anos de 1970 e 1974.

Na primeira visita são destaques a mudança na estrutura da instituição e o pequeno número de Irmãs para atender às determinações do Estado, 9 ao total, sendo uma muito enferma. As Internas, em número de 51, recebem instruções primária e profissional e trabalham nos afazeres domésticos da casa (Livro do Capítulo, 1970, p. 116). Aqui cabe cotejar o *Livro de Capítulos* com o *Livro Atas das Reuniões nº 47*, onde no ano de 1972 é registrada a existência de presas políticas, conforme documento: “Foram também lembradas as mães das internas do DOPS” (Livro Atas das Reuniões, 1972, Ata nº 72). Compreendendo, desta forma, as novas determinações do Estado, em manter a instituição apenas com a função de cárcere.

A última visita regular registrada, no ano de 1974, percebe-se o enfraquecimento da Congregação que conta com apenas 7 Irmãs, sendo “3 na faixa dos 60 anos”. Sob os cuidados das Irmãs estão 53 internas, sendo 1 presa política. Pela primeira vez é registrada em Ata de visita regular a rotina das visitas às internas, explicitando passo a passo as determinações do dia (Livro do Capítulo, 1974, p. 119-122).



Este período é marcado pelas mudanças estruturais e pela sobreposição do Cárcere ao Convento. Ao final desta década e o início da década de 1980 o governo do Estado cerca a instituição com determinações que culminam na desapropriação da casa no ano de 1981. Três cartas particulares trocadas entre as Irmãs demonstram o desespero dos meses finais e a falência de uma administração que procurou conciliar convento e cárcere em uma instituição que se fez total e austera. Em documento Irmã afirma:

“Como gostaria que o bom deus lhe fizesse sentir a situação difícilíssima que estamos atravessando!!! Irmãs, funcionários e internas, estão numa tensão dolorosa... Ir. Ruth está desejando ficar só até o fim de dezembro (pois as coisas vão indo tão lentamente, que não sei quando sairemos d’aqui). Diz ela que não aguenta mais... que isso não é vida religiosa!... Ir. Antonieta diz que sente vontade de gritar!... Eu tenho vontade de sumir para bem longe de todos e de tudo!!!... A Conceição parece um fiapo, não sei o que vai ser dela (...)” (Carta manuscrita, 29 de novembro de 1980).

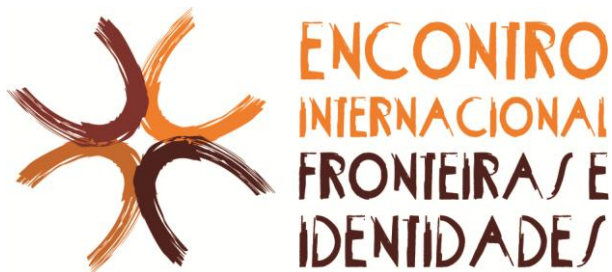
A predominância do Cárcere irá culminar nestas cartas. Aqui se percebe que não há mais espaço para o convento, o cárcere tomou conta e não há mais volta.

Ao final da análise deste livro de atas, culminando com as três cartas escritas pelas Irmãs, é possível concluir que o Convento, durante administração destas, nunca deixa por completo o Cárcere. Há nas décadas de 1930, 1940 e 1950 uma sobreposição do Convento sobre o Cárcere. Já nas décadas de 1960 até meados de 1970, há uma simbiose, Convento e Cárcere mesclam-se. A partir de 1975 vemos o Cárcere sobrepujar o Convento, mesmo que haja, por parte das Irmãs, uma tentativa de mostrar o contrário. As três cartas finais, já na década de 1980 deixam claro que não há mais espaço para o Convento. O registro feito em foro particular, em carta trocada internamente entre as Irmãs, corrobora para pensarmos na admissão da falência desse sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.



NUNES, M. José F. Rosado. **Prática político-religiosa das Congregações no Brasil:** uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (organizadores) Os religiosos no Brasil: Enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 188-218.

SUSEP - Disponível em:

< http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=244 >

Acesso em: 23 jul. 2014.

FONTES PRIMÁRIAS

Livro Atas das Reuniões. Acervo Bom Pastor. Armário F. **47. Livro Atas das Reuniões.** Porto Alegre – RS. Ata 72.

Livro do Capítulo. Acervo Bom Pastor. Armário F. **43. Livro do Capítulo.** Porto Alegre – RS.

Diário Oficial de 22 de abril de 1970 – **Decreto nº 20.247.** Acervo Assembleia Legislativa.

Carta manuscrita - 29 de novembro de 1980 – da Ir. Maria Florentina de Porto Alegre para Ir. Zulma.

Carta manuscrita - 04 de dezembro de 1980 – da Ir. Maria Odete de Caxias do Sul para Ir. Zulma.

Carta manuscrita - 23 de dezembro de 1980 – da Ir. Zulma de Porto Alegre para as Irmãs do Bom Pastor.

Relato Oral de Maria Helena Alves dos Santos em 25 de abril de 2013.